

Trabalho abstrato ou trabalho imaterial?¹

Anselm Jappe

O trabalho, na fase de evolução econômica e social em que nos encontramos, é frequentemente designado como “pós-fordista”, e é frequentemente assimilado ao trabalho “imaterial” ou “da informatização”. Quais são as ferramentas teóricas que poderiam ajudar a compreender essa realidade atual? É plausível ainda considerarmos que as categorias elaboradas por Marx, que foram particularmente úteis para compreender não apenas a realidade de sua época, mas também a da época fordista, sejam aplicáveis à realidade pós-fordista? Independente dos juízos individuais sobre a validade da teoria de Marx, ela tinha sem dúvidas a particularidade de ser a única tentativa de pensar a sociedade capitalista no seu todo, como conjunto, enquanto que as outras abordagens econômicas renunciaram a essa pretensão, se limitando aos cálculos quantitativos realizados a partir de fatores e de atores hipotéticos. De fato, a partir da escola marginalista, que emergiu não por acaso à época em que Marx apresentava sua crítica da economia política, a pretensa ciência econômica burguesa abandonava o conceito de “valor”, não apenas aquele do cerne da teoria de Marx, mas igualmente aquele da economia política burguesa que lhe precedeu.

Há cerca de dez anos, assistimos ao retorno massivo de certos conceitos de Marx. Sua morte anunciada em 1989 durou muito menos tempo do que a vida de muitos outros conceitos. De toda forma, esse retorno dos temas marxistas, tanto no mundo universitário quanto entre os militantes, se concentra essencialmente no conceito de mais-valia, e por consequência na denúncia da exploração. Recai-se, portanto, na questão sobre uma justiça distributiva. Os diversos neo-marxistas buscam descobrir de onde surge hoje a mais-valia, considerando que a clássica usina operária não parece mais ser o lugar central da exploração. A teoria do capitalismo cognitivo é frequentemente considerada como um certo marxismo pós-fordista que propõe uma nova leitura no que se refere ao marxismo ortodoxo e tradicional, sempre engajado em celebrar o proletário de mãos calejadas. No marxismo pós-moderno, a luta de classes não é lida como um fator imanente à sociedade mercantil, como modalidade de distribuição da mais valia no seio do modo de produção capitalista. A luta de classes se encontra simplesmente reconfigurada por novos atores, com o fim de salvar o essencial do marxismo tradicional, que visava a uma emancipação partindo do interior das categorias capitalistas mais do que uma emancipação das categorias capitalistas de base.

E se a utilidade dos termos marxistas para compreender o capitalismo pós fordista residisse mais em uma abordagem em que o conceito central não é a mais-valia, mas sim o valor?

A fim de saber se as categorias marxianas de valor, mercadoria, dinheiro e trabalho abstrato, da dupla natureza da mercadoria e do trabalho que a produz, e do fetichismo da mercadoria são ainda válidos, é conveniente primeiro fazer um esforço para clarificar o que significam esses conceitos na teoria crítica de Marx. Por certo, não se trata de fazer a

¹ Tradução de Jamile Gonçalves e revisão de Jorge Nóvoa.

exegese de um texto consagrado, mas de verificar a que esses conceitos podem ainda servir nos dias de hoje. Talvez seja possível até mesmo concluir que essas categorias se adequam melhor à realidade social atual do que quando de sua elaboração há 150 anos, visto que temos, hoje, menos compromisso para com o que sobrou da sociedade pré-burguesa do que à época de Marx. Essa abordagem poderia nos permitir evitar um impasse duplo, qual seja a afirmação de que nada mudou com o pós-fordismo (conforme afirma o veteromarxismo, que se reduz ao paradigma da usina operária), ou ainda a segunda afirmação de que nós já deixamos o capitalismo, como sustenta hoje o apologismo burguês e sua ideologia da sociedade terciária, baseada na auto realização presumida de todos os trabalhadores com trabalhos criativos e autogeridos, e a teoria do capital cognitivo, para o qual falta apenas a tradução política da nova realidade produtiva que teria abolido a separação entre os produtores e os meios de produção.

São muitos os que pensam conhecer a teoria marxista, mas sua teoria do valor é frequentemente pouco aprofundada. Marx não começa sua obra principal, *O capital*, nem com a luta de classes, nem com a mais-valia, mas com uma minuciosa análise da mercadoria, do trabalho que a produz, do valor, do dinheiro e do fetichismo. E essas categorias não são tratadas como fatores meramente dados, naturais, evidentes, trans-históricos ou mesmo neutros. É também aí que ele impõe sua diferença com respeito aos seus predecessores Smith e Ricardo. O primeiro capítulo do *Capital* não é uma espécie de definição preliminar de certos termos, que seria, além de tudo, contaminada por uma obscuridade de origem certamente hegeliana, como o misterioso fetichismo. Ao contrário, o potencial crítico da abordagem de Marx reside no fato de que ele analisa essas categorias de base – e consequentemente toda a edificação social construída sobre elas – enquanto categorias históricas e destrutivas. Por históricas entende-se que elas pertencem, no modo como se desenvolveram, unicamente à sociedade capitalista, não a toda forma de sociedade humana, e que elas são, portanto, superáveis. Igualmente importante, mas mais raramente tido em consideração, é o fato de que essas categorias são para Marx destrutivas: a dinâmica desencadeada por essas categorias termina por ameaçar a existência do homem em sociedade e suas bases naturais. É por ter descrito esses mecanismos que a teoria de Marx é ainda atual 150 anos depois, e além, que ela ganha cada vez mais razões para se manter como tal. O capitalismo, como ele se configura a partir do fim do século XVIII, se distingue da sociedade precedente pela sua característica dinâmica, seu crescimento contínuo e sua tendência a se fazer mestre da sociedade que ele mesmo criou, para finalmente alcançar os resultados catastróficos que nós conhecemos. E a teoria do valor de Marx é a única explicação coerente dessa dinâmica auto referencial.

Segundo Marx, cada trabalho possui necessariamente uma dupla dimensão: ele produz sempre alguma coisa, seja material ou imaterial, útil ou inútil, belo ou feio. Nesses casos, trata-se de um trabalho concreto. Ao mesmo tempo, cada trabalho é sempre um gasto de energia humana indistinta, “músculo, nervos e cérebro”, mensurável como pura duração, como pura quantidade de tempos, e sendo assim o mesmo trabalho concreto é também um trabalho abstrato. Enquanto trabalho abstrato, ele não cria nenhum objeto ou serviço, mas apenas uma forma social: o valor. O trabalho reduzido ao tempo puramente,

sem consideração do quê tenha sido feito durante esse tempo, cria o “valor” de cada mercadoria. A segunda dimensão da mesma mercadoria corresponde ao seu valor de uso. O valor não tem nada de natural – é um meio puramente social de considerar os produtos. É uma projeção, um meio de calcular. Mas trata-se de um meio inconsciente que se apresenta aos atores sociais como já existente e como preliminar a cada ato produtivo – que é no que consiste o fetichismo da mercadoria de acordo com Marx, e não em uma mistificação da origem da mais-valia.

Essa dupla natureza da mercadoria e do trabalho que a produz não chega a se exprimir em uma coexistência pacífica, mas comporta uma contradição violenta. O trabalho abstrato não é a soma dos trabalhos concretos, não é uma abstração mental. Uma bomba ou um brinquedo podem ter valores aplicáveis bastante diferentes, mas como valores eles são iguais se o mesmo tempo tiver sido necessário para fabricar os objetos em questão e suas composições. O valor é uma abstração que se torna visível através do dinheiro. Com efeito, como objetos que têm preço, as mercadorias conhecem somente o mais e o menos, mas nenhuma diferença qualitativa. Elas devem ter um certo valor de uso porque elas devem responder a uma certa necessidade de pagamento, mas esse valor de uso acaba por ser um simples suporte de natureza abstrata, da dimensão-valor da mercadoria. É a natureza abstrata que decide o destino da mercadoria e de seu produtor. A título exemplificativo, o artesão da época pré-industrial levava uma hora confeccionando uma camisa, e o valor da camisa era, portanto, uma hora (nesse exemplo, fazemos abstração, para simplificar, das matérias primárias, das ferramentas de trabalho, etc. que se contam igualmente em tempos de trabalho, assim como aquilo que lhes compõem). Após a introdução dos trabalhos à tecelagem mecânica, uma camisa poderia ser produzida em dez minutos. Este constituía o novo padrão de produção imposto pela concorrência. O artesão que não conseguia trabalho de tecelagem mecânica continuava a levar uma hora para fazer sua camisa. Ele descobria então mais tarde, no mercado, no momento da venda, que mesmo se a camisa fosse a mesma de antes em termos do valor de uso, ela havia sido reduzida a um sexto de seu valor precedente, o que faz com que a hora de trabalho do tecelão “valesse” então dez minutos. Sua hora concreta equivalia a dez minutos abstratos, e a dupla natureza da camisa, de categoria filosófica havia se transformado em uma ameaça muito concreta à sua existência física. Nesse pequeno exemplo reside uma boa parte da dinâmica e da tragédia do capitalismo.

Cada valor de uso é diferente um de outro. Por outro lado, o valor é qualitativamente sempre igual e passa apenas por mudanças quantitativas. Uma vez que o valor domina a produção – ou seja, uma vez que os produtos assumem habitual e massivamente a forma social de mercadorias - a produção não é mais, portanto, baseada na satisfação das necessidades pré-existentes, como era o caso nas sociedades pré-industriais (certamente essas necessidades poderiam também ser absurdas, e sua satisfação depender de injustas hierarquias, mas isso é um outro assunto). Atualmente, a única finalidade da produção se tornou o valor: trata-se de obter o maior montante possível de valor, e, portanto, de dinheiro. A produção de valores de uso representa então uma mediação fastidiosa, um mal necessário, uma pura passagem pela multiplicação de dinheiro.

Transformar um euro em dois pressupõe o aumento de mão de obra. A acumulação tautológica de trabalho já realizada, de trabalho morto, torna-se então a verdadeira finalidade da economia capitalista. Os proprietários de capital não gerem esse processo, mas apenas o executam. O verdadeiro sujeito desse processo é o capital e sua necessidade constante de crescimento (uma vez que todas as sociedades precedentes foram essencialmente estáticas). Essa dinâmica cega, auto referida e privada de conteúdo próprio pode se resumir pela passagem do modo de troca mercadoria-dinheiro-mercadoria ao modo dinheiro- mercadoria-dinheiro, que não faria sentido algum se não fosse dinheiro-mercadoria-mais dinheiro. De fato, apesar de fazer sentido trocar um par de calçados por uma quantidade de batatas de valor equivalente, tem um sentido (mercadoria por mercadoria através da mediação do dinheiro) se dessa maneira duas necessidades são satisfeitas, não haveria sentido algum investir dez euros para comprar uma mercadoria para ser revendida em seguida ao mesmo preço. No fim desse processo, deve haver uma quantidade mais forte de valor, e, portanto, de dinheiro, de outro modo esse processo seria considerado falido. No primeiro caso, o objetivo é a satisfação de necessidades, e o trabalho é o meio. No segundo caso, a multiplicação de dinheiro pelo ponto de vista da multiplicação de sobre-trabalho se torna o objetivo, e a satisfação dessas necessidades é o meio de chegar lá. Uma tolice inimaginável em todas as sociedades precedentes (mesmo se nelas alguns elementos precursores já pudessem ser encontrados).

Onde prevalece a dupla natureza do trabalho, prevalece então igualmente a dimensão abstrata do trabalho, e onde prevalece a dimensão abstrata, se instaura uma acumulação de valores indiferentes ao conteúdo em si mesmo. No fim das contas, a produção capitalista produz apenas accidentalmente a riqueza no sentido do que serve de fato à vida humana. A única riqueza que lhe interessa verdadeiramente é o valor, e o valor não é nada mais que um modo social fetichista de exprimir o tempo que passa – um fantasma, como assinala apropriadamente Marx. Uma grande quantidade de riqueza no sentido concreto (material ou imaterial) pode então coincidir com uma quantidade muito confiável de valor, e vice-versa. Eis porque a produção de riqueza “concreta” pode também ser abandonada se ela não contribui suficientemente com a acumulação auto referida de trabalho morto, e portanto de dinheiro². E se essa acumulação é tão destrutiva é porque ela o é por definição – e não por causa das más intenções morais ou psicológicas dos capitalistas – pouco importando seus conteúdos. Talvez seja John Maynard Keynes quem deu a melhor definição do trabalho abstrato quando ele disse que do ponto de vista da economia nacional, escavar buracos para preenchê-los de novo poderia ser uma atividade perfeitamente plausível. Ele deu igualmente esse exemplo:

se o Tesouro estivesse disposto a encher de cupons de banco velhas garrafas, enfiá-las nas profundezas condenadas de alguma mina em desuso onde seriam em seguida jogados detritos urbanos, e a autorizar uma empresa privada a extrair de novo os bilhetes seguindo os princípios experimentados do *laissez-faire*, o desemprego poderia desaparecer, e dadas as repercussões, é provável que os salários reais da comunidade, assim como sua riqueza em capital, seriam sensivelmente mais elevados do que são realmente. Na verdade, seria mais

² Aqui, o termo “riqueza concreta” é igualmente utilizada no sentido formal, o que quer dizer como bens ou serviços quaisquer. Do ponto de vista da economia, mesmo as bombas, os resíduos ou a atividade do policial são “valores de uso”, sendo riquezas concretas.

sensato construir casas ou outras coisas úteis, mas se as dificuldades políticas e práticas se lhe opuserem, o meio dito vale mais do que nada.

Mas seus discípulos não sabem que aí se mostra um elegante paradoxo mais que uma denúncia – apesar de que ela seja involuntária – do mecanismo central de um modo de produção absurdo.

No capitalismo, o trabalho abstrato se tornou o liame social, o objetivo da sociedade, e não mais um meio visando a outros fins. Trata-se do processo que Karl Polanyi descrevia como “disjunção” da economia com relação à sociedade no seio da qual ela nasceu. O capitalismo não se baseia apenas na exploração – esta existia também nas sociedades escravocratas ou feudais. O capitalismo é uma sociedade na qual o trabalho não serve mais para perpetuar as estruturas sociais que se formaram sobre outras bases (tradição, dominação política ou livres acordos), mas na qual o trabalho se autonomiza e onde sua dinâmica anônima, que não é controlada por ninguém, torna-se ela mesma a base das relações sociais.

Hoje, ouvimos muito dizer que a teoria de Marx explica bem o capitalismo “clássico” baseado na centralização da fábrica e da produção de bens materiais, como os tecidos e mais tarde o automóvel. O pós-fordismo, a dizer a fase aberta durante os anos sessenta do século anterior, se caracterizavam por outro lado por uma difusão massiva do trabalho dito “imaterial”, com um forte crescimento dos serviços e dos trabalhos ligados às tecnologias microeletrônicas. Mesmo que aos olhos dos observadores burgueses a teoria marxiana esteja atualmente ultrapassada, visto que não há mais um proletariado, os teóricos do capitalismo cognitivo afirmam que as fronteiras da luta de classes estão apenas deslocadas. Autores como Antonio Negri identificam o “trabalho imaterial” como o “trabalho abstrato” do qual fala Marx. Este é claramente um erro grosseiro que faz duvidar sobre a seriedade de quem o comete. Segundo a definição de Marx, cada trabalho possui duas dimensões porque o trabalho conduz a um resultado qualquer – que implica que seja material ou imaterial um bem ou um serviço – apto a satisfazer uma necessidade qualquer que seja, importante ou absurda que seja. Ao mesmo tempo, cada trabalho é um gasto de tempo qualitativamente determinado. Por consequência, o trabalho do enfermeiro, do metalúrgico ou ainda do camponês tem também uma dimensão abstrata, e o trabalho do informático ou do conselheiro de uma empresa também tem uma dimensão concreta. O trabalho não é inicialmente concreto, na fase de produção, para se tornar em seguida abstrato na sua circulação. Ele não é tampouco tornado “mais abstrato” no curso do desenvolvimento do capitalismo por conta de sua fragmentação ou da informatização. Trata-se de planos de análise completamente distintos. Falar de um trabalho “progressivamente mais abstrato”, ou de um “tornar-se abstrato do trabalho” como fazem certos teóricos do capitalismo cognitivo, não faz nenhum sentido. De toda forma, é possível falar de trabalho imaterial sem fazer alusão ao conceito marxista de trabalho abstrato. Refutar essa confusão ainda não conduz à refutação de toda a teoria do trabalho imaterial.

A teoria segundo a qual a realidade produtiva atual se basearia essencialmente sobre o trabalho imaterial afirma igualmente que essas novas formas de produção arruinarão ou salvarão o capitalismo, pois elas constituem um novo modelo de acumulação que contém

novos e vastos potenciais de valorização. Na verdade, trata-se de uma nova versão da afirmação, repetida há cinquenta anos, segundo a qual o crescimento do "setor terciário" contrabalancearia o declínio da produção industrial, sobretudo no que se refere aos postos de trabalho. As estatísticas demonstraram por um tempo dar razão a essas análises: quanto mais diminuía o número de operários nas usinas, mais aumentava o número de pessoas trabalhando nos serviços. Contudo, há um problema que essas análises empíricas não levam em conta: os serviços não são "produtivos" no sentido capitalista do termo, ou seja, eles não reproduzem o capital investido – eles apenas o consomem. Para a crítica da economia política de Marx, a questão de saber se um trabalho é produtivo ou improdutivo não tem nada a ver com o conteúdo desse trabalho, mas com seu papel centro do ciclo de reprodução do capital. Em termos capitalistas, montar Ferraris é um trabalho produtivo, e ensinar crianças ou curar uma doença são geralmente trabalhos improdutivos. Os serviços são essencialmente seus "custos", tanto para apenas um capital quanto para o sistema como um todo, e estão sujeitos à privatização e à racionalização assim como os processos produtivos "materiais". É isso que vemos todos os dias: hoje, o desemprego alcança igualmente a esses setores, e não existem mais outros setores capazes de absorver os desempregados. Os serviços como a saúde e a educação são, do ponto de vista do capital, essencialmente, eventualidades, financiadas com os benefícios do capital produtivo, e é por isso que a cada período de crise esses serviços, por úteis que possam ser de um ponto de vista social, são os primeiros a serem sacrificados. Não pode haver um modelo de acumulação baseado na informação, no trabalho intelectual, na cultura ou genericamente nos serviços, porque esse tipo de atividade cria muito pouco valor – e este resta sendo o único parâmetro em uma sociedade baseada na valorização do capital. O capitalismo não se interessa pelas "atividades", pela "utilidade" etc., mas à produção de valor. Não é suficiente ter trabalhado para criar o valor, é preciso tê-lo feito de maneira a reproduzir o capital com o qual os salários à mão foram pagos.

No que diz respeito à informática, seus produtos não representam em geral mais do que doses homeopáticas de trabalho humano, e, portanto, de valor: sendo assim, um software, uma vez inventado, pode ser reproduzido milhões de vezes quase sem um novo emprego de força de trabalho, e todas as suas cópias em conjunto representam por consequência uma pequena quantidade de valor. A informática, coração da revolução do imaterial, longe de se constituir como novo estágio do capitalismo, caracterizado por um aumento ulterior de produtividade, faz antes levar à crise pois ao reduzir fortemente – a um nível histórico inédito – o emprego de trabalho vivo, ela reduz também a produção de valor. O pós-fordismo é, portanto, tudo menos um novo modelo de acumulação. Sua existência se baseia acima de tudo sobre a financeirização, ou seja, sobre o crédito e sobre o "capital fictício". A acumulação real que falta é reestabelecida por sua simulação, seja uma explosão de crédito em dimensões astronômicas – e o crédito nada mais é que um consumo antecipado de um futuro ganho que pode nunca chegar.

De toda forma, o pós-fordismo existe, indubitavelmente, enquanto realidade sociológica, como conjunto de novas formas de trabalho baseadas na flexibilidade, na mobilidade, um nível mais alto de formação etc. Ele não contém, contudo, um tão grande

potencial de emancipação como afirmam os teóricos da multidão. Nós assistimos mais à reificação da personalidade no seu conjunto, assim como à recuperação das faculdades críticas. Chegamos próximo do absurdo enquanto falamos de maneira positiva da “autovalorização” dessas novas figuras de trabalhadores. De fato, o problema é justamente o tornar-se valor de todas as coisas, a economização total do indivíduo em um mundo em cujo seio só aquele que tem um “valor” merece existir. A “autovalorização” não é portanto mais que uma submissão completa aos imperativos econômicos, mas dessa vez sob uma forma “auto gerida”. Isso demonstra que unicamente a questão da propriedade jurídica dos meios de produção, na qual o marxismo tradicional sempre quis localizar o cerne da questão social, não é tão central quanto esta, porque existe uma forma fetichista, a do valor, que é preliminar a essas questões de distribuição do valor já pressuposto. O trabalho imaterial se baseia na indiferença da forma pelo conteúdo, enquanto cada trabalho dentro do capitalismo. A questão principal fica sendo: o que se produz, sob quais critérios, e não somente quem lhe tira mais proveito.

Afirmar que o trabalhador imaterial, que é tipicamente um trabalho dito autônomo, já se encontra tendencialmente além da lógica capitalista, termina por ser um louvor paradoxal ao que se chama em alemão de “Ich-AG” – a “Eu – Sociedade Anônima”. Trata-se do indivíduo sozinho que reúne em si as formas tradicionais do patrão e do assalariado, e que deve sobreviver na selva do mercado pelo viés de uma auto exploração rigorosa – escravo não mais de um patrão em carne e osso, mas diretamente da mão invisível do mercado, sem ninguém a quem dirigir suas reivindicações. Porém, a “Eu – S.A.” não é, como poderíamos crer, um conceito polêmico e pejorativo criado pelos adversários dessas derivações. Na verdade, foi um termo criado positivamente em 1999 na Alemanha pela mesma comissão “Hartz” que elaborou proposições, em seguida transformadas em leis, para incentivar os desempregados alemães a tornarem-se trabalhadores “autônomos”, oferecendo serviços mais em conta. De fato, essa política, que não é mais praticada atualmente pelas autoridades alemãs, se baseia em um cálculo, cínico mas realista, de acordo com o qual o único trabalho que os desempregados podem ainda encontrar é aquele de afazeres domésticos para os raros vencedores da competição econômica atual. Em uma época em que pagamos mais por tecnologias do que por pessoas, muitos aceitam pagar pelo prazer de terem servos – à condição de que eles custem muito pouco. A Eu-S.A., declarada em 2002 a “*non-mot de l’année*” pela Sociedade da língua alemã, é teoricamente apenas um termo técnico para um desempregado que começa uma atividade econômica e que recebe por ela uma ajuda pública. Mas na verdade, esse termo resume todo o espírito de uma época, e, cúmulo do paradoxo, os teóricos da “intelectualidade de massa” celebram essa descoberta tipicamente neoliberal.

Alguns desejam também acreditar nas virtudes liberais da partilha em rede, do software livre etc. É de certa forma simpático poder baixar tantas músicas sem pagar, ou consultar livros de uma biblioteca longínqua, mas parece difícil fazer disso um paradigma social! A que serviria o compartilhamento de arquivos em uma situação onde não haja casas, nem terras, nem alimentos? Ver nesse setor ainda marginal da reprodução social o levantar de uma transformação geral ou de uma “reapropriação coletiva de recursos” após séculos de

privatização desses recursos, significa que estamos crendo um pouco demais na virtualização do mundo e que estamos fazendo da rede a realidade suprema, e de seus operadores o umbigo do mundo. E se, por conta das privatizações ou das catástrofes naturais, os blackouts se multipliquem e deixe de haver a eletricidade, o que restará da revolução digital?

A figura do trabalhador pós-fordista que põe em jogo seu “capital cognitivo” do qual ele será, ele mesmo, proprietário, e por consequência deve apenas se libertar das amarras políticas que lhe impedem de ser efetivamente o patrão daquilo que ele já produz, não passa de uma versão pós-moderna do velho marxismo tradicional. Isto jamais pôs realmente em xeque as categorias centrais da sociedade capitalista, quais sejam a mercadoria, o valor, o trabalho abstrato e o dinheiro, mas apenas levou à busca de melhores condições para os vendedores da força de trabalho. Seus pensadores pós-fordistas simplesmente transferiram o foco do material para o imaterial. Mas se é assim, onde está agora o antagonismo social? A luta de classes no sentido tradicional aparece sempre mais como uma defesa dessas últimas categorias de operários que lutam como não importa qual seja o outro sujeito da concorrência para sobreviver no mercado. Às vezes, esse conceito é estendido arbitrariamente às outras formas de conflito, como por exemplo a revolta das periferias francesas. Isso significaria então que Tony Blair estava certo quando anunciou “Meus amigos, a luta de classes está finda” e que algo como uma “sociedade” não existe, que há apenas indivíduos que podem conseguir ou não, a critérios meritocráticos, como já dizia sua predecessora Margareth Thatcher? Ou isso significaria, ao contrário, que o desenvolvimento do capitalismo comporta novas formas de antagonismo sociais que não se resumem apenas às novas formas de exploração – que naturalmente existem?

A sociedade baseada na mercadoria, no valor, no dinheiro e no trabalho se inclina de maneira cada vez mais evidente à criação de uma humanidade supérflua. Isso foi desde o início uma contradição maior do capitalismo, contida no seu cerne e que não pode, enquanto tal, ser eliminada: só a mão de obra, o uso da força de trabalho, cria o valor. Ao mesmo tempo, a concorrência impulsiona o uso de máquinas e de tecnologias que servem precisamente para diminuir o emprego da mão-de-obra, permitindo a cada trabalhador produzir mais para o seu empregador. Mas a vantagem imediata para o único detentor do capital que emprega pioneiramente as novas tecnologias é bem rapidamente anulada pela concorrência, e ao fim e ao cabo é o aproveitamento do sistema inteiro que diminui. A discussão marxista apenas se apropriou disso parcialmente, com o conceito de “baixa tendencial da taxa de lucro”; na realidade, tratava-se de uma baixa da massa de valor, e portanto do lucro, a longo termo. O aumento exponencial da produção material há duzentos anos – com as consequências ecológicas cuja amplitude malsã começamos a medir – pôde durante muito tempo compensar a diminuição do valor contido em cada mercadoria. Mas em torno dos anos 70 do século anterior, notadamente com a dita revolução micro-eletrônica, a progressiva substituição do trabalho vivo pelas tecnologias foi verdadeiramente tão importante que nenhum mecanismo de compensação poderia ser suficiente, ainda mais em se tratando de mercados saturados. Desde então, o capitalismo está definitivamente em crise e não faz mais do que revisar o *rede rationem* pelo viés da financeirização. Nenhum novo modelo de acumulação tem surgido: há apenas lucros simulados. Sabemos que os

valores imobiliários e de estoque cresceram dez vezes mais rápido que a economia “real” (naturalmente, ninguém o sabe de modo preciso). Enquanto os populismos de direita e de esquerda apresentaram os saltos das finanças e da especulação como a causa das dificuldades por que atravessa a economia real, é de fato exatamente o inverso que se passou: é apenas graças à finança “criativa” e à especulação que se pôde fundar uma prosperidade cujas bases haviam desaparecido, na verdade, há tempos. A crise financeira atual é apenas um sintoma. A causa mais profunda disso que estamos vivendo se deve à incompatibilidade entre a lógica do valor e o desenvolvimento tecnológico, causada justamente pela lógica do valor, e pela consequente baixa da rentabilidade. Em outras palavras, há uma dificuldade extrema de empregar o capital de maneira rentável. Enquanto o “sub-consumo”, cavalo de batalha dos neo-keynesianistas que florescem de novo, é somente um fator secundário, a sobre-acumulação de capital ameaça a rentabilidade do sistema inteiro.

Conforme já foi dito, os novos postos de trabalho são – sobretudo no setor terciário – em grande parte “improdutivos” no sentido capitalista do termo, e são financiados indiretamente pelos setores efetivamente produtivos do capital – que estão, entretanto, em baixa. A experiência demonstra todos os dias que em tempos de crise esses postos de trabalho são eliminados mais violentamente do que os postos de trabalho de setores tradicionais. Não é mais, portanto, uma questão de transferir a força de trabalho para novos setores, como aconteceu quando da passagem da sociedade agrícola para a sociedade industrial. Hoje em dia, assistimos ao descarte de grande parte da força de trabalho em escala global. E quem não trabalha, não come, ou seja, deixa de ser útil ao sistema enquanto consumidor. Grupos sociais vastos e países inteiros tornam-se inúteis do ponto de vista do sistema capitalista, um peso morto, um fardo. Ao mesmo tempo, ele lhes tirou todos os meios de sobreviverem sozinhos, sobretudo no que se refere à agricultura. No fim das contas, a sociedade do mercado não sabe mais o que fazer da humanidade que a criou.

A batalha continua então em torno de manter ou abolir um sistema que termina por ameaçar todos os seus membros através dos desastres que ele produz. O fato de que atualmente certos atores econômicos ainda conseguem fazer grandes lucros não muda nada na crise que atinge, finalmente, todas as suas categorias de base. Com a primazia do valor, acaba também o “bom” dinheiro, fruto de uma real produção de valor, e esse processo é o que está por detrás da atual crise financeira. Não parece simplesmente possível que a reprodução social continue a se desenvolver através do valor, da mercadoria, do trabalho abstrato, do dinheiro. Acreditar que seja possível fazê-lo parece, finalmente, muito mais “utópico” do que imaginar outras formas de socialização – que já são presentes, em parte. Falar de trabalho hoje pode apenas significar falar da crise da sociedade do trabalho, e do fato de que é justamente a sociedade do trabalho quem aboliu o trabalho. Ainda faz sentido continuar a demandar e a prometer a criação de postos de trabalho, quando o próprio trabalho não é mais necessário? Ou seria melhor pensar em garantir a todos um acesso aos recursos que não sejam mais ligados à mediação do trabalho e do dinheiro?